

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antonio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Ismael dos Santos - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Sr. presidente, em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, representando também o presidente em exercício Aldo Schneider, sras. deputadas, srs. deputados, povo catarinense, comunidade que nos assiste, hoje, é um dia de início de trabalho, uma vez que terminamos a sessão ontem com uma grande homenagem ao nosso senador *in memoriam* Luiz Henrique da Silveira.

Reporto-me hoje à discussão, acontecida ontem pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça,

onde lá estivemos e junto com o presidente da Associação dos Hospitais, sr. Dário Stachuk, discutimos a PEC 001/2015. A primeira PEC do ano de 2015.

Esta primeira PEC dispõe sobre nada mais, nada menos, que a destinação de recursos que sobram nos Poderes irem para os hospitais filantrópicos, uma vez que o Judiciário, o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa têm tido sobras importantes no final de cada ano, e essas sobras estão sendo enviadas e devolvidas para o governo do estado.

Essa devolução acontecerá de maneira diferente se conseguirmos aprovar esta importante lei. Esta lei que colocamos é para que os três Poderes, a Assembleia Legislativa, o Poder Judiciário e o Tribunal de Contas façam as suas devoluções ao governo do estado e que, essas sobras, estas devoluções sejam destinadas aos hospitais filantrópicos, exclusivamente a eles. É uma maneira de olharmos diferenciadamente para os hospitais filantrópicos.

Ora, em Santa Catarina, quem é que mantém a saúde dos catarinenses? Os 182 hospitais filantrópicos, que mantém o atendimento médico do SUS em nosso estado, principalmente nas emergências médicas. São esses hospitais que dão sustentação à Saúde Pública do estado de Santa Catarina.

Hospitais filantrópicos são hospitais que foram criados através da comunidade, de associações e instituições, e essas instituições filantrópicas fazem o tratamento da nossa Saúde do estado de Santa Catarina.

Em defesa dessas instituições, nós fizemos a apresentação desta PEC que foi aprovada por unanimidade na comissão de Justiça, cujo presidente é o deputado Mauro de Nadal.

A aprovação dessa importante PEC vai fazer com que essa sobra seja distribuída para esses hospitais. Temos certeza de que o presidente da comissão, Mauro de Nadal, vai fazer o possível para que essa PEC tenha um relator. Estamos esperando que isso aconteça ainda hoje, para que possamos, ainda esta semana, dar trâmite a essa

importante PEC dos hospitais filantrópicos do estado de Santa Catarina.

Com relação a isso os hospitais filantrópicos de Santa Catarina, referindo-se à saúde, não só merecem como têm direito a essa ajuda importante que estamos dando a eles. E acho que temos que achar outros meios para ajudar esses hospitais, como por exemplo, o pagamento em dia, a agilização dos contratos e dos convênios.

Nós temos certeza de que desta forma os hospitais filantrópicos começarão a se movimentar no estado de Santa Catarina. E o seu eco já foi ouvido, porque o presidente Dário Stachuk, juntamente com a comitiva da Associação dos Hospitais Filantrópicos, manifestou interesse em ver essa PEC aprovada.

Temos certeza de que o deputado José Milton Scheffer, que é o presidente do Fórum Parlamentar dos Hospitais Filantrópicos, vai definir o acesso a essa importante PEC, pois sabemos que a nossa Saúde no estado de Santa Catarina precisa de ajuda. Tiveram deputados que alegaram ser inconstitucional, mas quantas leis foram aprovadas aqui que dizem ser inconstitucionais. Essa PEC é constitucional e meritória!

Portanto, está na mão do presidente da comissão de Justiça a deliberação, a entrega desta matéria para a relatoria, que nós, catarinenses, queremos aprovar em prol da Saúde, em prol dos hospitais filantrópicos.

Como representante do planalto norte, quero me reportar aqui a ordem de serviço realizada na última sexta-feira, onde a terraplanagem da construção do fórum de Canoinhas já está em andamento.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Gostaria de cumprimentá-lo em função da admissibilidade da PEC. V.Exa. tem se destacado na questão de ampliar os recursos para a área da saúde. Precisamos ampliar os recursos de saúde aplicados pelo estado de Santa Catarina.

Quero aproveitar para manifestar uma preocupação com relação aos financiamentos para os hospitais filantrópicos. Hoje, ligou-me uma irmã, diretora do Hospital Nossa dos Senhores dos Prazeres de Lages, que vai completar 100 anos. E desde 2010 o hospital recebe um convênio do estado de R\$ 212 mil e agora queriam a ampliação desse convênio, com a correção desses quatro anos, mas a proposta da secretaria foi de diminuir para R\$ 169 mil. Inclusive vou fazer uma solicitação ao secretário neste sentido.

Ela estava desesperada, em função do pagamento dos médicos, do funcionamento da emergência e tal. Precisamos achar mais fontes de recursos para a área da saúde. V.Exa. está de parabéns por trabalhar nesse caminho!

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - V.Exa. fez um importante pronunciamento, e já nos dá uma luz, ou seja, o aumento da contribuição do estado para a área da saúde para 15% ao ano e não 12%, como dispõe a Lei Constitucional hoje. Essa mudança vai trazer um grande suporte à secretaria da Saúde para que possa honrar os seus compromissos. É verdade que precisamos amadurecer, mas é a melhor proposta da bancada do PMDB para a saúde.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Quero cumprimentar v.exa. por essa ação importante para os hospitais filantrópicos. Temos vivenciado uma realidade muito difícil nesses hospitais. Além do custeio mensal para a permanência de portas abertas, é necessário um investimento expressivo na modernização dos equipamentos para que possam efetivamente aumentar seus serviços. Com isso ganha toda Santa Catarina e a saúde catarinense. Parabenizar a v.exa. por essa ação em conjunto com a bancada do PMDB!

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A próxima oradora inscrita é a sra.

deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde, sr. presidente, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, srs. deputados e todas as pessoas que acompanham esta sessão. Vou fazer uma manifestação hoje referente à Unoesc.

(Passa a ler.)

"As universidades comunitárias de Santa Catarina exerceram e exercem papel fundamental para levar o ensino superior ao interior deste estado. Hoje, vamos falar da Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina, que se destaca por sua atuação no meio oeste catarinense e também na cidade de Chapecó.

A Unoesc possui *campus* em Joaçaba, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Chapecó. Também conta com unidades instaladas em Campos Novos, Capinzal, Fraiburgo, Maravilha, Pinhalzinho e São José do Cedro.

Encerrou o ano de 2014 com mais de 20 mil alunos matriculados nos mais de 50 cursos de graduação, especialização e mestrado.

Recebe cerca de oito mil estudantes bolsistas. Destes, 2.400 alunos são contemplados com as bolsas dos arts. 170 e 171, e mais de 1.700 alunos bolsistas do Prouni.

O reitor da Unoesc, professor Aristides Cimadon, é um dos protagonistas pela interiorização do ensino superior em Santa Catarina. Atualmente, preside a Associação Catarinenses de Fundações Educacionais (Acafe) e coordena um processo de conquistas para que estas instituições sejam cada vez mais reconhecidas.

A Unoesc é uma das maiores instituições propulsoras do desenvolvimento, da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência. São aproximadamente 118 municípios e mais de um milhão de pessoas, em uma área geográfica que vai desde Santa Cecília no planalto central catarinense até a fronteira com a Argentina, atingindo o sudoeste do Paraná e o Noroeste do Rio Grande do Sul.

Em Chapecó, um dos polos da educação superior do estado, que conta com universidades particulares, comunitárias, estadual e federal, a Unoesc tem contribuído para a formação de profissionais qualificados para atuarem na região.

Neste ano, a Unoesc Chapecó deixou de ser unidade e recebeu o *status* de *campus* universitário. Com isso, conquista autonomia acadêmica e administrativa para investimentos e a abertura de novos cursos são algumas das principais mudanças que ocorrerão na Unoesc Chapecó com a elevação de unidade local para o *status* de *campus* universitário.

As responsabilidades serão ampliadas para a incumbência de administrar, planejar, coordenar e controlar as atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como as atividades administrativas, financeiras, patrimoniais e de suporte da universidade no *campus*.

No início deste ano letivo, o reitor da Unoesc, professor Aristides Cimadon deu posse aos seguintes dirigentes: vice-reitor de *campus*, professor Ricardo Antônio de Marco; diretor de graduação, professor Celso Paulo Costa; diretor de pesquisa, pós-graduação e extensão, Gilberto Pinzetta; e gerente administrativo, professor Sérgio Prates.

Atualmente, a Unoesc Chapecó conta com cerca de 2.000 alunos matriculados em dez cursos de graduação: Administração, Administração Linha de Formação Comércio e Exterior, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia da Computação, Psicologia, Direito, Sistemas de Informação, Educação Física Bacharelado, Educação Física Licenciatura, Ciências Contábeis e Tecnologia em Logística.

Nos cursos de especialização são 700 alunos e nos mestrados de Direito e Administração mais de 150 mestrandos. Mais de 700 alunos foram beneficiados com bolsas de estudo em 2014.

Somente no ano passado, a Unoesc Chapecó atendeu um público aproximado de 11 mil pessoas em 106 cursos e outras atividades de extensão. Foram desenvolvidos 40 projetos com recursos oriundos de

institutos de fomento, além dos projetos incentivados com investimentos da própria instituição.

Outro diferencial da Unoesc são os intercâmbios internacionais. Em 2014, sete alunos retornaram de atividades realizadas em Portugal, México e Itália, além de outros seis que estão no exterior atualmente.

Dos seis mestrados da Unoesc, dois estão instalados em Chapecó, o de Direito e o de Administração. Meu reconhecimento a esta instituição, pelo compromisso comunitário e com a formação humana e cidadã de milhares de profissionais."

Nós temos ainda na Unoesc do total profissionais de educação de 965, 100 são doutores; 47% são mestres; 42,6% especialistas, portanto nós não temos nenhum com o nível de habilitação menos do que a especialização. E se somarmos, temos 57% entre mestrado e doutorado, que é inclusive uma das metas do Plano Nacional de Educação no ensino superior nós não termos mais nos próximos anos nenhum professor atuando com o nível abaixo de mestrado e doutorado.

Também dos profissionais que lá atuam 44,5% horistas, 21,6% tem um tempo parcial da sua atividade pedagógica, e 33,9% dedicação integral."

Portanto, 1/3 do quadro de profissionais da Unoesc são profissionais com dedicação exclusiva.

Então, sr. presidente, nesta minha manifestação quero enaltecer a importância desta instituição comunitária. E se não fossem as universidades comunitárias e se nós dependêssemos somente das instituições públicas nós não teríamos no interior do nosso estado em todas as regiões do estado de Santa Catarina o ensino superior, deputado Mário Marcondes, que também discute este tema do ensino superior chegando e formando profissionais nas diferentes áreas.

Tenho certeza de que formar, qualificar profissionais significa também contribuir com o desenvolvimento das nossas regiões. As universidades públicas estão chegando muito tempo depois. É o caso da Udesc e da UFSC. Sendo que a

nossa população catarinense, inclusive do interior do estado, e digo interior para aquele que não está na capital, e nestas regiões nós demoramos cinco décadas, em média para expandir o ensino superior público. A nossa Federal Fronteira Sul, segunda universidade do estado de Santa Catarina, depois de 50 anos precisou ser criada pelas mãos de um operário que não tinha universidade.

Então, quero aqui enaltecer a expansão dessa modalidade de ensino, destas instituições.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputada Luciane Carminatti, gostaria de parabenizar v.exa. por essa referência da atuação das universidades comunitárias, principalmente a Unoesc, em sua região, Chapecó.

Mas também quero registrar o trabalho importante que vem acontecendo com a Unesc, que também é uma universidade comunitária, no sul de Santa Catarina que, igualmente à universidade que v.exa. acabou de relatar tem um trabalho fundamental com 13 mil alunos diretamente ligados no sul de Santa Catarina, que criou efetivamente, uma personalidade jurídica de atuação forte na área educacional, pós-graduação, doutorado, e automaticamente vem contribuindo em muito na área da saúde, com o atendimento do centro das clínicas de nossa região.

Parabenizo a Unoesc e faço um gancho parabenizando o sul de Santa Catarina pela Unesc.

O Sr. Deputado Mário Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Mário Marcondes - Quero dizer que hoje eu estava conversando com um diretor de ensino superior da secretaria da Educação e ele falou que estará encaminhando a esta Casa um plano de educação, um projeto educacional para Santa Catarina. E certamente vai ser muito explorada a educação em nível superior. E pediu que esta Casa olhasse com carinho, e que ajudasse o governo do

estado e a secretaria da Educação a ter ainda mais êxito na educação superior do nosso estado.

Estava recentemente com o reitor da Uniasselvi e ele falava da expansão do nível superior no estado de Santa Catarina. E os números realmente nos agradam muito. E a Unoesc também é uma participante de tudo isso.

Então, tenho certeza de que a Educação de Santa Catarina está no caminho certo.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Srs. deputados e sras. deputadas, estamos vivendo neste instante no Brasil, a indicação do novo ministro do Supremo Tribunal Federal. Ontem, o advogado Luiz Fachin participou de uma longa sabatina no Senado e acabou tendo sua aprovação na comissão de Constituição e Justiça por 20 votos a sete.

No Brasil, se discute com frequência a temática sobre que maneira indicar um ministro para o STF, e nós optamos ao longo da nossa história constitucional por uma indicação que se faz pelo presidente da República, sendo o ministro submetido a uma sabatina pública no Senado e depois a uma votação secreta.

O Brasil já teve 15 ministros do STF, hoje tem 11. E esse é o modelo de indicação. E há uma discussão no mundo inteiro sobre a forma de indicar o ministro. Em alguns países existem cortes constitucionais. É o caso da França, onde na verdade quem discute a constitucionalidade é uma corte que não é do Judiciário. É como se fosse uma corte extrajudicial em que as pessoas são indicadas de outras maneiras. Os franceses têm um pouco de receio com o sistema judicial, que provém da época do Código Napoleônico, e têm medo de um Judiciário não independente.

Aqui no Brasil temos três Poderes, e esse modelo em que o presidente da República faz a indicação está sendo questionado. Há várias emendas no Congresso Nacional para mudar esse modelo.

Particularmente acho que o nosso modelo, que vem do modelo americano, é bom. Evidentemente precisamos aperfeiçoá-lo. No Brasil se debate a indicação do talvez futuro ministro Luiz Fachin, que considero do ponto de vista jurídico de excelente nível, e de posições políticas, no meu entendimento, passa por questões ideológicas, de posições civilistas muito avançadas. É uma excelente indicação, no meu ponto de vista, e vai suprir no STF a carência que existe, a partir da saída do ministro Moreira Alves, de um civilista de porte para lá no STF externar suas opiniões.

Acho, entretanto, que o sistema brasileiro de votação pelo Senado deve ser aperfeiçoado. O que está se estranhando agora no caso do Luiz Fachin é algo que deveria ser natural. Toda pessoa que for indicada para o Tribunal Superior Federal precisa ter a sua vida vasculhada, conversada, é preciso debater. O Senado nos últimos 100 anos não reprovou ninguém. É evidente que o modelo não funciona. Acaba sendo apenas uma casa de chancela para carimbar aquilo que é indicado pelo Executivo, e deve ter o seu papel. Ora, nos Estados Unidos, a indicação é precedida inclusive de uma longa exposição da pessoa em nível público para ver se há contestação da população. Mas, parece-me o modelo adequado.

Estou torcendo para que o Senado aprove o nome do Luiz Fachin. Que não se crie neste instante apenas um jogo político contra a indicação da presidente, porque vai fazer bem para o Supremo Tribunal Federal. Aliás, no Supremo Tribunal Federal no Brasil, quando se vê, a maioria das pessoas indicadas sempre teve uma ligação política com esse ou outro partido. Foi tradicionalmente assim. Mas, ao contrário do que se espera, as pessoas quando entram têm feito um Supremo Tribunal Federal no Brasil muito independente.

Outros tribunais no Brasil às vezes não são tão independentes quanto o Supremo Tribunal Federal, que tem o mesmo posicionamento com as pessoas que chegam lá independentemente de partido político. Então, temos que reconhecer o papel importante que o Supremo Tribunal Federal tem no Brasil.

A segunda coisa que quero discutir é a respeito da aprovação recente no Brasil da emenda constitucional que muda para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória para os tribunais superiores, STF, STJ e que, salvo melhor juízo, vai acabar evoluindo para todo serviço público e para os juízes do Brasil como um todo.

Esta é uma posição evidentemente muito polemica. Já foi aprovado uma vez na Câmara dos Deputados, eu estava lá e na ocasião defendi a tese dos 75 anos. Defendi muito em função de que tive oportunidade de ser o proponente de um projeto aprovado no Brasil que é o estatuto do idoso. Foi o primeiro projeto que apresentei quando cheguei à Câmara dos Deputados, logo no início, durante o período entre a eleição e a posse, fiquei elaborando e apresentei essa proposta.

Tenho a ideia de que é preciso ampliar a todos a faixa de aposentadoria, por uma série de questões que são repetidas, como a melhoria da saúde; melhoria de condições, a pessoa muitas vezes está apta a continuar no trabalho; professores de universidade muitas vezes se afastam no auge do seu conhecimento. Então, acho que é preciso avançar para 75 anos.

Os juízes do Brasil não gostam muito, a AMB é contrária à tese, sempre se posicionou contrária, porque entende que a carreira fica estagnada, é preciso progredir na carreira, mas precisamos ter um sistema em qualquer lei que votemos, temos que pensar primeiro no povo e não se serve para essa ou aquela carreira, se são melhor para os políticos, juízes, promotores ou presidente. Temos que pensar qual a melhor situação para a população.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Estava aqui pensando, enquanto v.exa. falava, por que diferente de um ministro do Supremo Tribunal Federal, um professor, um médico não vê a hora de se aposentar? Talvez porque a lida do dia a dia seja muito difícil. Essa é apenas uma reflexão que cabe nessa seara do debate com relação à aposentadoria dos ministros do Supremo.

Quero aproveitar também, deputado Fernando Coruja, para dizer que não podemos ter um olhar sobre as concepções mais progressistas ou conservadoras, no sentido de impedir que uma pessoa seja ministro. Acho que o Fachin sofreu isso, por suas posições avançadas, sobretudo com relação à reforma agrária. Inclusive ouvi a sabatina dele ontem e dizia que defende a função social da terra, mas no rigor da lei. E acho que quando um ministro diz isso alguns interpretam que esteja defendendo as ocupações ou as invasões de terra.

Acho um avanço quando v.exa. fala que precisamos provocar o debate, expor as opiniões. Não há problema pensarmos diferente, o problema é não assumirmos o que pensamos. Acho que isso é fundamental.

Parabenizo v.exa. pela manifestação!

Aproveito para registrar a presença nesta Casa do nosso ex-deputado Jailson Lima, nosso primeiro suplente do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Cumprimento também o ex-deputado Jailson Lima, companheiro, colega médico.

Para encerrar quero dizer que no Supremo Tribunal Federal Americano há os juizes democratas e os republicanos, evidente, porque a posição do STF não é simplesmente jurídica, há as posições ideológicas também. Quando se discute sobre qualquer tema, como se é contra ou a favor do aborto, por exemplo, são posições ideológicas e que precisam ser representadas porque o conflito de ideias é que vai produzir o consenso.

E o consenso hoje em dia é democrático, não é por maioria, "eu tenho mais votos", é preciso construir um consenso democrático dos conflitos de ideias, porque é do possível que vamos avançando na velha tese Habermasiana, da ética do discurso.

Então, estou torcendo muito para que seja aprovado o nome do Luiz Edson Fachin.

Claro que posso não concordar com algumas posições dele, evidentemente que isso é da vida. Um juiz progressista não significa que vai favorecer ocupação, ou invasão de terras para usar termos ideológicos conflitantes.

Vou torcer para que ele seja aprovado!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a tribuna falar mais uma vez sobre a questão da mobilidade urbana na região da Grande Florianópolis. Um pouco das atividades que a frente parlamentar vem realizando busca fazer um bom trabalho juntamente com os entes responsáveis pelo sistema rodoviário da região da Grande Florianópolis.

Como todos sabem nós vivemos o dilema de um município que é responsável pela chegada até a ponte, da ponte que o Deinfra é responsável, a BR-282, que o DNIT é responsável e da BR-101, cuja responsabilidade é da concessionária que a ANTT controla. Então, num trajeto de pouco mais de cinco quilômetros nós temos quatro entes responsáveis pela administração de toda a estrutura da malha viária.

E o papel da frente parlamentar muitas vezes é buscar pequenas soluções, já que estamos acompanhando os trabalhos executados pelo famoso Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, da Grande Florianópolis, coordenado pelo ex-prefeito Cássio Taniguchi, na superintendência da Grande Florianópolis. Só que, deputado Luiz Fernando Vampiro, nós não podemos esperar soluções de

projetos por 30, 40 anos. A população espera respostas imediatas.

Nós estivemos na superintendência do DNIT, com o superintendente Visceral Preto, que nos apresentou o projeto executivo que deve estar concluído até o mês de setembro, da revitalização completa da via expressa, da BR-282 e da ponte até a BR-101. Ali tem uma linha exclusiva de BRT, três pistas em cada direção, uma marginal com duas pistas, um metro e meio de passeio e um metro e meio de ciclovia.

Quero dizer uma coisa deputado Mário Marcondes, é um sonho de consumo de quem passa ali ter toda essa estrutura montada. São 19 elevados em todo o trajeto. Entretanto, efetivamente, se não tiver cortes do governo federal, se a obra estiver com todas as licenças nos prazos estabelecidos, se a licitação não tiver problema, talvez daqui a quatro anos tenhamos a obra finalizada.

Nós tivemos a oportunidade de através da frente parlamentar ir até Brasília, em conjunto com o deputado Edinho Bez, com o senador Dário Berger, que fez com que o ministro dos Transportes nos recebesse, na sugestão que nós tínhamos de primeiro garantir que a obra será realizada, que está dentro do programa do governo federal, que foi dada a garantia de não haver cortes.

Segundo, é de que ações imediatas como a instalação da terceira via, asfaltando todo o acostamento, em cada sentido, fazendo uma faixa a mais nessa rodovia, teria um custo menor, em torno de R\$ 12 milhões, e que iria desafogar consideravelmente o trânsito.

Quero aqui agradecer a recepção do ministro dos Transportes, que entendeu o objetivo da singela sugestão apresentada, ligou imediatamente para o diretor geral do DNIT.

Nós nos dirigimos até o DNIT, junto com o senador, com o representante do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento e de técnicos, e foi definido que através dos recursos de recuperação do Crema iria se autorizar, de imediato, a pavimentação asfáltica do acostamento.

Vamos precisar muito do PR, do apoio do deputado Jorginho Mello, pois o ministério é vinculado ao partido que tanto o deputado Natalino Lázare quanto o deputado Mário Marcondes participam, para que isso possa se concretizar de imediato. Há uma expectativa de que após a conclusão, já possamos iniciar a obra ainda no final do primeiro semestre.

Logo depois estivemos na ANTT, e o ministro também solicitou, pedindo apoio para que a ANTT pudesse nos ouvir. No trecho da BR-101, quando saímos da via expressa em direção sul, deputado Fernando Vampiro, a ANTT determinou e a concessionária fez a pavimentação asfáltica do acostamento, logo que sai da Via Expressa. Isso melhorou muito o tráfego para a região sul.

E nós levamos um pedido, respaldado pela Câmara Municipal de Florianópolis e de São José, assinado por todos os vereadores de São José e pelos vereadores de Biguaçu, para que o acesso norte tivesse a mesma implantação, ou seja, o acostamento também fosse asfaltado. E, mais do que isso, existe na BR-101, após o trevo de Barreiros, um controlador, um radar lá instalado, que permite velocidade de 80km por hora, que ninguém passa acima de 60km, e que está trancando até a Via Expressa para ir em direção norte. Gostaríamos que isso fosse reavaliado, já que é junto a uma passarela, e ali é uma via rápida que não tem travessia de pedestres, até porque é trancada a passagem naquele local.

Nosso objetivo, efetivamente, é que isso também possa acompanhar a pavimentação asfáltica da Via Expressa à BR-282, indo em direção norte e sul, minimizando todos os problemas que nós vivemos no dia a dia.

Eu estive no Deinfra, cobrando o que a frente parlamentar discutiu sobre a instalação e a aquisição, ou o contrato de guinchos para colocar nas pontes que ligam a ilha ao continente. Tive uma posição do Wanderley Agostini de que o governador já autorizou a aquisição. Porque em Florianópolis é assim, quebra um ônibus em cima da ponte e tranca toda região da Grande

Florianópolis. E para isso não há soluções simples e práticas, cotidianas, do dia a dia, para melhorar essa implementação.

Lanço um desafio a qualquer deputado, a qualquer pessoa que está nos ouvindo. Sabemos que na Via Expressa, hoje, em qualquer horário, há um congestionamento gigante. Deputado Darci de Matos, se chega mais rápido de Joinville até a Grande Florianópolis, do que da Grande Florianópolis até o centro de Florianópolis.

E, obviamente, este não é um problema da Grande Florianópolis, é um problema do estado de Santa Catarina, porque é o único acesso de chegada até a Ilha de Santa Catarina, que tem grandes obras, mas que vão demorar muito para se concretizar. E o que nós queremos, deputado Fernando Vampiro, são ações de curto prazo, ações imediatas, que mudem o cotidiano e a vida dos cidadãos que enfrentam a cada dia o problema do trânsito na região da Grande Florianópolis.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Eu gostaria de fazer uma referência importante a sua luta incansável para a melhoria da qualidade da mobilidade urbana não só na Grande Florianópolis, mas em toda Santa Catarina. Esses investimentos em longo prazo são mais difíceis para conseguir recursos.

Há uma situação no sul de Santa Catarina como a que v.exa. acaba de relatar, que é o alargamento com mais uma pista. E quanto ao Morro dos Cavalos, ficou uma discussão infinita de mais de sete anos, para saber qual a alternativa necessária. Foi feita a quarta pista, numa ação de R\$ 3,5 milhões. Eu tenho passado todas as semanas por lá e nunca mais vi engarrafamentos, qualquer tipo de fila ou periculosidade.

Então, quero dizer que essas ações que v.exa. vem levantando são pontuais, extremamente importantes e merecem a nossa atenção, o nosso respaldo.

O Sr. Deputado Mário Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Mário Marcondes - Primeiramente, quero registrar aqui a presença do nosso amigo Hermínio, reitor da Uniasselvi, instituição de ensino de extremo conceito e de importância para o desenvolvimento da educação superior no estado de Santa Catarina.

Quanto à mobilidade, estávamos ontem na reunião, com a Fecomércio, e efetivamente é aquilo que sempre dizemos, ou seja, falta de planejamento. Mas o que o entorno da Grande Florianópolis está precisando é exatamente de algumas medidas emergenciais, que no primeiro momento podem aparentar serem medidas pequenas, mas que surtirá um grande efeito para a população da Grande Florianópolis, pois hoje estamos vivendo um verdadeiro calvário, sempre que temos que sair da nossa casa para ir a qualquer lugar.

Parabéns pelo assunto e conte com este deputado para ser um grande parceiro, porque só nós sabemos o que estamos passando e o que vamos passar, se nada for feito.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Só quero fazer o registro, que na visita a Brasília nós estivemos também com o deputado federal Mauro Mariani, que é o coordenador da bancada federal catarinense. E na ocasião relatamos toda a discussão que esta Casa vem realizando, através da comissão de Trabalho e Desenvolvimento Urbano, relativo a demarcação dos terrenos de marinha.

Quero informar que o senador Dário Berger já entrou com um projeto de decreto legislativo anulando toda a demarcação existente, já que foi um ato administrativo da secretaria do Patrimônio da União, na qual há falhas na metodologia e na programação. E obviamente que nós queremos que esse processo seja anulado, para poder se reiniciar toda a discussão, sem o temor que vem vivenciando os moradores de Florianópolis, especialmente em virtude dessa demarcação inicial equivocada, do ponto de vista metodológico, implementada sem base legal.

Então, quero agradecer aqui a participação do senador, por esse decreto, que tem um trâmite, muitas vezes, mais rápido do que um projeto de emenda constitucional.

Também quero informar que o senador já apresentou um requerimento na comissão de Desenvolvimento Regional, para que seja convocado o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa e a sra. Cassandra Maroni Nunes, que é secretária Nacional do Patrimônio da União, para discutir com os senadores a possível anulação do ato administrativo. Isso é o que prevê o decreto legislativo, mas administrativamente, o governo federal pode tomar a iniciativa, acabando com o pesadelo dos moradores do município de Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário é destinado ao PDT. Com a palavra, o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, hoje trago os nossos cumprimentos ao nosso clube, que está comemorando 68 anos de fundação.

(Passa a ler.)

"O Criciúma Esporte Clube, o nosso Tigre, sediado em Criciúma, sucedâneo do Comerciário Esporte Clube, comemora hoje 68 anos de fundação. Foi o primeiro e único clube de Santa Catarina a conquistar o título da Copa do Brasil, em 1991, de forma invicta. É a agremiação mais vitoriosa no futebol catarinense.

Criciúma, amor sem divisão, é a paixão do torcedor criciumense que por ele se emociona, chora e canta.

Um amor incondicional, nascido da alegria por seus gols, seus títulos e suas conquistas.

O Criciúma que soube superar suas enormes dificuldades, sob o comando do empresário Antenor Angeloni recria seu passado de glórias, amplia sua torcida e fortalece suas cores: o amarelo

simbolizando a riqueza da região, o preto o carvão e o branco por ser a cor universal da paz.

Nestes longos anos o Criciúma mostrou ao mundo do futebol sua garra, sua raça, sua genialidade, suas vitórias!

Por isso nesse dia de celebração quero aqui registrar a nossa alegria por termos hoje um clube estruturado, parabenizar seu patrono, festejar com a torcida, na certeza de mais e mais títulos marcarão a trajetória histórica do Criciúma Esporte Clube.

Em 2016 estaremos novamente na elite do futebol brasileiro, lugar de onde nunca deveríamos ter saído. Rumo à série A. Eu acredito!”

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Deputado, agradeço por trazer a todos os catarinenses a honra e a glória deste clube. Tive a oportunidade de por três anos ser o vice-presidente jurídico do clube em dois mandatos, quando éramos da série A, com o presidente Moacir Fernandes e toda a equipe. Quero dizer da importância que ele tem.

V.Exa. faz uma homenagem muito importante e sem dúvida nenhuma com a reestruturação feita pelo presidente Antenor Angeloni, em 2016 buscaremos o nosso lugar, que é do melhor time de Santa Catarina, que é o Criciúma Esporte Clube na série A.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Queria cumprimentar v.exa. pela vibrante defesa do Criciúma. Sou um aficionado pelo esporte e desejo que o Criciúma volte para a série A, e continue dando alegrias para Santa Catarina. O esporte é tudo de bom, é alegria, vibração e entretenimento. E acho que falta isso para a nação brasileira e o esporte pode suscitar esse grande sentimento nacional.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Nobre deputado, agora entendi a cor da sua gravata, pois parece a cor do uniforme do Criciúma. Vamos torcer e trabalhar para que o Criciúma seja o quinto time a acessar a série A e aí iremos nos igualar aos grandes estados do Brasil. Parabéns ao Criciúma, a v.exa. pelo pronunciamento e ao futebol catarinense.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Muito obrigado pelo aparte de v.exas.

Queremos cumprimentar a todos os torcedores do Tigre, e toda direção pela comemoração do aniversário dos seus 68 anos de fundação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, dando sequencia ao tema esportivo, quero parabenizar o Criciúma, que já brilhou na série A e vai voltar a ela, se Deus quiser.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - É um prazer estar aqui, neste Parlamento, falando de esporte e que este ano está destacando Santa Catarina com quatro clubes na série A e que leva o nome do nosso estado, a força e a pujança da nossa economia, trazendo uma imagem positiva do estado catarinense para todo o Brasil.

Mas, v.exa. falou do Internacional de Lages, o qual fez uma campanha brilhante no estadual e se não fosse o encontro com o Joinville o resultado seria outro do título estadual, porém representa o

resgate de um clube e que este ano completa 50 anos do título estadual conquistado.

Para nós, da serra catarinense, foi muito bom vermos o Internacional de Lages de volta, brigando, lutando, levando o nome de Lages para todo o Brasil e fazendo com que renascesse esse espírito e essa paixão adormecida no coração dos lageanos e serranos. E temos certeza de que o time vai permanecer com uma equipe competitiva e que o nome de Lages será levado para todo o Brasil, através do esporte.

Esperamos que a cidade também cresça e se desenvolva, porque não somente o esporte leva o nome de Lages, mas toda a economia e cadeia produtiva enalteça cada vez mais o povo serrano.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro!

Eu quero, sr. presidente, falar sobre uma audiência que realizamos há uns 15 dias com o secretário da Educação, sr. Eduardo Deschamps. E lá estavam presentes professores, diretores dos Cedups de Santa Catarina. Nós temos Cedups agrícolas, da área tecnológica, da área de serviços e todos nós sabemos que a formação profissional se revela da maior importância para que o Brasil possa ser um país competitivo.

Nós precisamos fazer aquilo que a Alemanha faz a quase 100 anos que é investir efetiva e concretamente na formação profissional. Eu e o deputado Gabriel Ribeiro marcamos uma audiência com o secretário de Educação para tratarmos de um novo direcionamento dos Cedups do estado.

Sr. deputados, hoje nós temos Cedups no estado inteiro, também as escolas federais o que é muito bom, mas os Cedups estão na vala comum. Eles recebem o mesmo tratamento que recebe uma escola de ensino médio de qualquer município de Santa Catarina. Porém, o Cedup tem uma característica diferente, porque os agrícolas precisam comprar sementes para fazer suas áreas demonstrativas, precisam comprar ração para os animais, medicamentos. Os Cedups tecnológicos precisam comprar materiais para as aulas práticas, enfim

eles têm uma característica diferente e estão sendo jogados na vala comum.

Portanto, nós discutimos com o secretário um novo direcionamento. Quem sabe a criação de uma fundação do Cedup do estado. Quem sabe pudéssemos aprovar um projeto de lei, que tem que ser de origem do governo, para designarmos uma verba especial para os Cedups, enfim, algo tem que ser feito, porque são milhares de jovens que iniciam os seus empreendimentos ou a sua vida profissional através da formação importante nos Cedups de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Sr. presidente, sr. deputado Darci de Matos, nós participamos da audiência que v.exa. marcou e agendou com o secretário da Educação, Eduardo Deschamps e todos os diretores dos Cedups de Santa Catarina, para discutir o futuro do ensino técnico em Santa Catarina.

Realmente, foi muito oportuna e proveitosa a reunião. O que v.exa. propõe realmente, deputado Darci de Matos é a criação de um novo modelo de gestão para os Cedups do nosso estado. Nós temos como característica ser um estado empreendedor, desta forma temos que fortalecer cada vez mais esse ensino técnico, porque através dele é que se cria as condições para que os nossos jovens possam empreender, seja no próprio negócio, ou seja, trabalhando nas indústrias catarinenses ou multinacionais.

A criação de um fundo estadual, a nosso ver e de v.exa., como já conversamos inúmeras vezes é fundamental já que hoje os Cedups do nosso estado são mantidos através da Fonte 100, ou seja, da verba geral de Santa Catarina, da vala comum, como diz v.exa.

Então, somos parceiros nesse projeto para a criação de um novo modelo de gestão para dar mais força e autonomia e também para pensarmos em novos Cedups como o modelo que nós temos na região serrana, que o Cedup Caetano Costa na Escola

Agrícola de São José do Cerrito, que tem hoje 220 jovens que hoje estão todos formados e trabalhando em grandes indústrias país afora.

Então, parablenzo v.exa. mais uma vez, deputado Darci de Matos, por estar a frente desta iniciativa dos ensinos técnicos de Santa Catarina, e quero me colocar sempre a disposição para ser parceiro nessa empreitada.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado Darci de Matos, penso que é importantíssima a abordagem de v.exa.

Nós temos uma preocupação muito grande com o ensino superior, e às vezes esquecemos o ensino técnico que é importantíssimo para o estado de Santa Catarina. É a questão das sobras dos poderes.

Há alguns dias a Udesc esteve aqui reivindicando recursos para a implantação de alguns cursos. Eu vejo que esta abordagem feita por v.exa., na questão do Cedup seja mais importante. Nós conhecemos o trabalho e as dificuldades e as experiências profissionais, tecnológicas na área da agricultura, que os Cedups têm realizado.

Nós temos o Cedup Getúlio Vargas, em São Miguel D'Oeste; Cedup em Campo Erê que passa por sérias dificuldades, na gestão de recursos e temos aqui na região de Lages os Cedups da área tecnológicas. Mas acho que é uma área que está sendo esquecida, que não está recebendo a atenção que deveria receber. Acho importantíssimo estudar, realmente, a destinação de alguma fonte de recursos para a manutenção dos Cedups no estado.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Deputado, v.exa. fala com muita propriedade e conhecimento da matéria.

Eu tive a oportunidade com muito orgulho de estudar no Cedup. Fiz o curso Técnico em

Administração, e posteriormente nível superior em Administração e Direito.

O que recorro daquele tempo são boas vivências de uma educação profissional, realmente, com qualificação. O que me entristece neste momento e recentemente eu estive fazendo uma visita ao Cedup de Criciúma é a precarização, a falta de investimentos no Cedup. Falo sobre o de Criciúma, porque não conheço os demais do estado. Mas a diferença é muito grande do que vi há 25 anos.

E penso que nessa sua proposta estaremos juntos compartilhando deste novo desafio, para que o ensino profissionalizante no estado de Santa Catarina realmente seja uma política pública, com prioridades, para que aquele jovem adolescente quando for inserido no mercado de trabalho tenha realmente uma condição de se capacitar cada vez mais, porque hoje temos uma competitividade muito grande dentro do mercado de trabalho, entre quem tem e quem não tem conhecimento, entre quem tem e quem não tem qualificação. E a qualificação profissional principalmente do ensino técnico é de fundamental importância para a formação do ser humano, do trabalhador e da trabalhadora.

Conte conosco, estaremos juntos nesta caminhada. E vamos pensar de que forma nós podemos ajudar a estruturar e melhorar as condições de trabalho dos professores dos Cedups do nosso estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte de v.exa.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Darci de Matos, o ensino técnico e profissionalizante no nosso país avançou muito nos últimos anos. Na verdade, tínhamos em Santa Catarina 13 institutos federais, e hoje temos 22. Então, a rede federal de Ensino tecnológico e profissionalizante, somado ao Sistema S, que não podemos esquecer, somado ao Cedup e também ao Pronatec, imagino que essa rede toda hoje consegue

profissionalizar mais os nossos jovens, sem que chegue ao ensino superior.

Eu quero me manifestar, porque uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação, deputado Darci de Matos, e inclusive deve se tornar uma meta estadual a partir do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina, é triplicar as vagas do ensino técnico e profissionalizante, isto já é Lei Nacional.

Então, em Santa Catarina, me parece que caberia muito bem, nós fazermos um debate com toda essa rede, Cedups, Institutos, Sistema S e Pronatec. O que cabe a cada um nesse conjunto, a sua responsabilidade, a fonte de financiamento, e quais vão se aperfeiçoar mais? Porque às vezes temos numa região todo esse serviço, esse atendimento e em outras regiões não se tem nada.

Por isso, acho que precisa haver uma potencialização tendo a perspectiva de que se caminha no Brasil para haver o segundo grau, curso médio e profissionalizante.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Quero concluir dizendo que tenho feito críticas ao governo federal, em algumas questões que julgo não andam bem. Mas, temos que reconhecer e já reconhecemos em outras ocasiões que aconteceram duas ações fundamentais e inovadoras do governo federal que foram o grande Programa Pronatec, que dá a possibilidade do jovem pobre, carente ter a sua formação profissional, e o elevado número de Escolas Técnicas Federais implantadas em Santa Catarina e no Brasil.

Eu e o deputado José Milton Schaffer, estudamos em uma Escola Técnica Federal, em Araquari, é uma Escola Agrícola, e quando se busca, quando se consegue fazer o ensino de formação profissional, se busca um trabalho ou se cria o seu próprio negócio empreendendo o estado de Santa Catarina.

E aí eu concluo dizendo que me anima muito ver esse programa que a secretaria de Educação começou na última gestão do governador Raimundo Colombo,

que é o Programa de Ensino Integrado, o ensino integral, porque é isso que os deputados que me apartearam falaram, ou seja, não dá para entender e aceitar, deputado Antonio Aguiar e deputado José Milton Schaffer, que o nosso jovem com 17 anos ou 18 anos se forme em nível médio. E qual é a sua profissão? Ele não tem profissão! Mas eu fiz o segundo grau. Tem que se formar no nível médio já com uma profissão para ir trabalhar, produzir e tocar a sua vida. Portanto, é este o projeto que temos que perseguir, este é o nosso único objetivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao Bloco Social Progressista, PP e PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até 12 minutos.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark, sem prejuízo do tempo concedido ao deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente. Nós estamos falando tanto do nível médio, do ensino técnico que é tão importante, eu cursei o Colégio Comercial de Canoinhas, e meu segundo ano foi escola técnica.

Mas já foi registrada a presença, pelo deputado Mario Marcondes, do reitor da Uniasselvi, Hermínio Kloch, que tanto cuida do ensino superior no nosso estado. E hoje a deputada Luciane Carminatti falou sobre a Unoesc, e temos também a Unisul, a Univalli, no mesmo patamar que a Uniasselvi com um trabalho brilhante. E está nesta Casa o Hermínio, que é irmão do José Kloch, delegado de polícia, vereador em Indaial, meu colega, pessoa que tenho estima muito grande.

Registro também a presença do Aldo Pasqualini Junior que pertence à direção da Uniasselvi, meu

amigo particular, morador de Rodeio. Leve nosso abraço à família e toda população da região de Rodeio.

Parabéns a Uniasselvi e a seus dirigentes pela forma como estão conduzindo os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra por até doze minutos o sr. deputado Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero também fazer referência às palavras do deputado Darci de Matos sobre a importância do fortalecimento do ensino técnico, nós que estudamos no Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, em Araquari, nos formamos no curso técnico em agropecuária e estamos até hoje nessa caminhada sempre na defesa dessa área, mas a valorização do ensino técnico no nosso estado é muito importante. Aliás, por ser um estado empreendedor, o conhecimento é nossa principal ferramenta.

Sr. presidente, na tarde de hoje quero falar um pouco mais a respeito das conquistas da última semana dos hospitais filantrópicos catarinenses, através de um acordo de renegociação da dívida dos hospitais junto à Celesc.

Os nossos hospitais filantrópicos do estado devem hoje próximo a R\$ 40 ou R\$ 50 milhões para a Celesc, o que impede esses hospitais de fazerem novos convênios com entes públicos, com prefeituras, governo estadual e federal, inclusive de receber emendas parlamentares. Estávamos trabalhando em conjunto com o deputado Darci de Matos junto à Celesc, negociando há mais de um ano, e conseguimos fazer com que a Celesc firmasse um acordo com as entidades hospitalares a Ahesc, Fehoesc e Fehosc para o parcelamento dos débitos, e poderão pagar os atrasados em até vinte anos com isenção de multas e juros, deputado Antônio Aguiar.

Isso dará um fôlego para que os hospitais possam obter novos recursos, fazer novos contratos. Então, queremos agradecer à Celesc pela sensibilidade; cumprimentar todos os parceiros,

principalmente o deputado Darci de Matos que esteve junto nessa caminhada, nessa conquista, que dará um folego para os hospitais. O ideal seria um incentivo maior por parte do governo do estado, porque esses hospitais são os grandes parceiros do SUS de Santa Catarina.

Vale ressaltar que esta é uma das medidas que buscamos para auxiliar os hospitais filantrópicos para superarem a crise instalada, principalmente pela falta de financiamento e má remuneração dos serviços prestados ao SUS.

Os hospitais de hoje que prestam um grande trabalho para a sociedade, é feito por instituições religiosas, voluntários ou pessoas da comunidade que se dedicam a esta causa. Mas ao invés de receberem um prêmio dos órgãos oficiais acabam sendo onerados pela falta de sensibilidade, pela falta de remuneração de um trabalho justo através da prestação de serviço do SUS.

Os hospitais filantrópicos vivem neste ano, aqui em Santa Catarina, como no último ano, a sua pior crise da história com possibilidade iminente do fechamento de várias unidades hospitalares no estado.

Tivemos um grande encontro, dias atrás, aqui nesta Casa, um café da manhã com as instituições que representam esses hospitais e também com a presença do secretário adjunto da Saúde, deputado Luiz Fernando Vampiro, dr. Murilo Capela. Também quero agradecer os mais de 22 deputados estaduais que se fizeram presentes para tomar conhecimento da situação dos hospitais e o apoio que vários deputados daqui têm dado a causa dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

É um trabalho justo e quero dizer que este encontro serviu para elencarmos, alguns temas fundamentais para o fortalecimento e também para assegurarmos o atendimento digno à todos os catarinenses

Esses hospitais são responsáveis por de 70% do atendimento do SUS. Porém, não têm, já disse anteriormente, recebido o reconhecimento devido a esse trabalho voltado a saúde.

Este é um momento de reconhecermos, todos nós deputados, deputado Maurício Eskudlark, ligado a área de segurança, mas sabe que sem hospital aberto lá em São Miguel D'Oeste, a população não está em segurança, não está sendo atendida. Sabe também que várias cidades do oeste têm pequenos hospitais com grandes dificuldades financeiras assim como aqui no sul e no norte do estado.

Por isso, durante esta reunião, foi colocada em debate uma série de projetos, de ações, que possam fortalecer os nossos hospitais filantrópicos de Santa Catarina. Em nível de estado, um deles é a regularização dos pagamentos.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Obrigado, deputado José Milton, quero dizer que efetivamente participamos do café, e hoje, pela manhã, eu estava na Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, junto com o nosso secretário da Saúde, diga-se de passagem, que tem feito um esforço sobre-humano no sentido de conseguir botar um pouquinho em dia a Casa no que se refere à saúde. Todos nós sabemos, não é segredo para ninguém, não é de hoje, o problema que a saúde não só de Santa Catarina, mas do Brasil inteiro enfrenta.

Esta Casa e o governo precisam ter sensibilidade e estender a mão aos hospitais filantrópicos, privados, vamos dizer assim, efetivamente, porque o trabalho que realizado é muito grande. E me surpreendeu os dados e as informações da federação dos hospitais, no sentido do trabalho social prestado à Santa Catarina inteiro tendo em vista ser este um sistema único no Brasil, que é o de Santa Catarina, realizado pelos hospitais filantrópicos.

Então, esperamos que efetivamente o governo do estado se sensibilize, que o nosso secretário de Saúde faça o que puder, tenho certeza que ele vai fazer e que essa Casa também, para que se criem alguns tipos de projetos de isenções, de

incentivos, para que os nossos hospitais filantrópicos e privados continuem com as portas abertas atendendo a população de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Mario Marcondes, pelo seu apoio e também pela sua presença no encontro.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Primeiro, quero parabenizar v.exa. pelo evento da semana passada que também tive o privilégio de participar.

Realmente v.exa. tem razão, em minha opinião há dois fatores importantes que sustentam a saúde atual do nosso país. Evidentemente que os prefeitos, através de seus postos de saúde, do serviço de emergência e os hospitais, esses merecem realmente o nosso respeito, porque eles vivem com dificuldades. Mas, principalmente, deputado José Milton, queria fazer um registro e parabenizá-lo pela defesa dos pequenos hospitais.

Há uma reação contra os pequenos hospitais e os pequenos municípios, e a tendência é centralizar em centros maiores. Mas, há grandes dificuldades. Em minha opinião, se equiparmos melhor com técnicos e que haja condições técnicas mais efetivas para atender melhor o nosso cidadão no seu município, na sua cidade, vamos ter um atendimento mais eficiente, mais humano e mais familiar. Porque é naquela cidade que mora o cidadão.

Então, parabéns pelo seu trabalho!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Quero também dizer que pedi o apoio de todos para buscar junto ao governo do estado, primeiro a regularização dos pagamentos. Nós sabemos que os valores pagos pelo serviço já são poucos, muitos deles estão em atraso de quatro meses, o que provoca, sem dúvida nenhuma, um desequilíbrio

muito grande na gestão desses pequenos hospitais, que assim não conseguem atender com qualidade. E a população fica questionando, como disse aqui o deputado Natalino Lázare, que nos aparteu.

Outro item, também, é a remuneração *per capita* de Santa Catarina, não é justo que um catarinense esteja valendo menos do que um paranaense ou um gaúcho. Perante o Ministério da Saúde, os catarinenses recebem menos dinheiro público do que os estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Nós temos aqui o mesmo clima, o mesmo tipo de doença, mas há uma discriminação muito grande, que ao longo dos anos vem sendo rompida, mas numa velocidade muito pequena, que tira dinheiro da nossa secretaria da Saúde.

Então, é a revisão do teto *per capita* de Santa Catarina, que precisa que o Ministério da Saúde corrija que é um prejuízo histórico para todos nós.

Outro projeto, na verdade existem vários projetos nesta Casa, que vão ao encontro do auxílio a estes hospitais. Um deles, de nossa autoria, que é o de isenção de ICMS sobre a energia elétrica, que estará hoje sendo votado o veto do governador.

E cabe a nós, num ato de coragem, talvez, de rompermos isso, de derrubarmos o veto e darmos um voto de apoio aos hospitais das nossas cidades. Há também o projeto de emenda constitucional, cujo autor é o deputado Antonio Aguiar, que busca criar um fundo com as sobras constitucionais dos Poderes para distribuir para os hospitais filantrópicos, de acordo com critérios a serem estabelecidos.

Quero cumprimentar o deputado Antonio Aguiar pela iniciativa e pela luta com relação a essa emenda, e frisar que estamos juntos, pois é de interesse dos hospitais e também da Saúde dos catarinenses.

Então, todos os projetos que surgirem nesta Casa, para ajudar a diminuir o prejuízo e o financiamento da dívida dos hospitais, tem que contar com o apoio de todos. A distribuição igualitária de recursos para os hospitais públicos, privados e filantrópicos.

É sabido hoje, deputado Luiz Fernando Coruja, que os hospitais públicos gastam 50% de todo recurso que vem do SUS, e que os hospitais comunitários, filantrópicos e privados, que atendem 70% dos atendimentos SUS, consomem 43%.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu sei que v.exa. está no limite do tempo e o tema é muito importante, mas Santa Catarina é punida em quase todos os setores pelo governo federal, pela eficiência e pela competência do seu povo.

Na Segurança Pública, nós também somos discriminados e recebemos menos do que outros estados, e quando consultamos o porquê, é porque os nossos índices são melhores. Quer dizer, então, na Saúde deve ser a mesma coisa. Como o estado acaba apresentando melhores resultados do que a média nacional, deputado José Milton Scheffer, aí acabam penalizando o estado por esse resultado melhor.

Entendo muito bem a indignação de v.exa. nesta questão.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Gostaria de cumprimentar o deputado José Milton Scheffer, e eu tive a oportunidade de ler o seu projeto, bem como o veto do governo. E o governo veta por dois motivos, basicamente. Pela questão de não haver convênio do ICMS, e pela inconstitucionalidade em função da Responsabilidade Fiscal.

Estava até brincando com a deputada Luciane Carminatti, dizendo que este projeto nós temos que derrubar o veto, dar uma pedalada. Está na moda! Pedalar quanto à Responsabilidade Fiscal, então vamos pedalar aqui também e derrubar o veto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado!

Outra coisa que também precisa ser feita é o reajuste da tabela do SUS, ou criar outro critério de remuneração dos serviços, porque como está hoje, quanto mais doentes um hospital atender, maior será o seu prejuízo. Aí é uma tarefa do governo federal.

A ampliação do incentivo à contratualização dos novos contratos, para que os hospitais possam adequar o seu atendimento às demandas. Então, também podem melhorar o financiamento desses hospitais, que foi também elencado nessa reunião da quinta-feira.

A criação de incentivo para atendimento a alta complexidade, também é um tema a ser colocado e a mobilização de todos nós, deputados estaduais, para que a Câmara dos Deputados vote o projeto Saúde + 10, que vai colocar mais dinheiro no Ministério da Saúde e vai possibilitar uma melhoria no financiamento dos nossos hospitais. Essa PEC já está há dois anos na Câmara dos Deputados e até agora ainda não foi votada. Todos nós podemos contribuir com isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Tenho o prazer de informar que está no meu gabinete o prefeito de Jaraguá do Sul, Dieter Janssen e a presidente da Câmara de Vereadores, Natália Petry. Iremos à audiência, agora, no Tribunal Regional do Trabalho, para tentar uma reversão de um terreno que foi doado para eles, para que possamos erguer o novo prédio da Delegacia Regional de Polícia, que vai atender todo o vale do Itapocu.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIEDNET (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Quero só fazer um breve convite aos deputados e a todos que se encontram nesta Casa. Hoje a Frente Parlamentar de Transporte Coletivo Intermunicipal promoverá um fórum de debates, às 17h30min, no plenário Paulo Stuart, para discutir a questão da segurança, envolvendo o transporte coletivo no estado.

Segundo os dados da Polícia Rodoviária de Santa Catarina, em dois anos e meio tivemos mais de 70 mortes, 288 feridos e 778 veículos envolvidos em acidentes, seja com ônibus ou microônibus. Empresários do setor de transporte coletivo, dirigentes do Departamento de Transportes e Terminais - Deter -, Sindicato das Empresas de Transportes e Passageiros em Santa Catarina foram convidados para estar conosco participando desse fórum, que visa debater sobre as normativas e outros dispositivos legais desse meio de transporte muito importante, em busca de esclarecimentos sobre o atual sistema e, em conjunto, encontrar soluções e sugestões para a melhoria de um transporte mais seguro.

O convite já foi distribuído para todos os gabinetes dos parlamentares desta Casa. Portanto, somente para reforçar o convite.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Fernando Coruja, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, uma das reformas mais aguardadas pela população brasileira que mais se discute no país é a reforma política, que tem sido sempre tratada no Congresso Nacional como um tema panaceia para solucionar todos os problemas e todas as crises. Tivemos uma crise, e evidentemente, reapareceu a figura da reforma Política no Congresso Nacional. Este ano, entretanto, ao que parece, a proposta vai andar no Congresso Nacional. Esta crise institucional entre o Congresso e o Executivo tem fatores negativos,

mais tem fatores altamente positivos, que faz com que haja uma mobilização, e as coisas estão realmente andando.

Ontem, nós tivemos a apresentação do relator, deputado Marcelo Castro, sobre a proposta de reforma política apresentada para o país. Eu quero falar aqui sobre dois assuntos que tenho preocupação. O primeiro diz respeito à chamada coincidência dos mandatos, a proibição da reeleição e a coincidência dos mandatos.

Ao que parece, a proposta apresentada prevê que teremos um mandato tampão de dois anos para os prefeitos e a seguir um mandato de cinco anos uniforme para governador, presidente, senador, deputados e vereadores, fazendo com que haja coincidência das eleições. E vejo que de forma geral as pessoas são favoráveis à coincidência das eleições.

Quero lembrar algumas questões. Primeiro, há aquele velho ditado de que aquilo que só tem no Brasil e não é jabuticaba, tem que se prestar atenção porque pode estar errado. Na maioria dos sistemas eleitorais do mundo não há eleições coincidentes. Por que as eleições não são coincidentes? Porque com isso e com mandatos de cinco anos você produz um engessamento e faz com que crises não possam ser resolvidas. Como funciona em outros países? As eleições são descoincidentes. Há renovação dos Parlamentos que se dão periodicamente. Na crise do mensalão, por exemplo, houve reforma, e uma eleição para reformar 20% dos mandatos. Aquilo produz, consegue fazer com que haja uma renovação e consequentemente um avanço.

Com a coincidência das eleições teremos cinco anos sem renovação. O sujeito que vai ser candidato a deputado federal terá que financiar as eleições de todos os candidatos a vereador, porque naquele instante todos precisaram de apoio para sua campanha. Você estará fazendo com que as eleições encareçam muito.

O sistema político não pode existir para beneficiar os políticos, mas para melhorar a vida do cidadão. A eleição americana é feita numa

terça-feira e não é feriado. Lá o processo eleitoral começa muito antes, com prévias e tal. A democracia prevê isso.

Ontem, participei de um ciclo de palestras na UFSC, do curso de Direito, sobre judicialização da Saúde e uma das argumentações que usei foi do por que da existência da judicialização hoje? Porque a sociedade desistiu da política.

O debate sobre quem tem que fornecer o remédio "a" ou "b" é o debate político, que deve ser feito pela sociedade. Nós abdicamos disso e estamos transferindo tudo para o Judiciário. Hoje as questões dos prefeitos do país são judiciais. É preciso voltar à política. No sistema americano não há nem Tribunal Superior Eleitoral. Os partidos é que fazem a eleição. Estamos largando mão da política, e é preciso que nos voltemos para essas questões.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sobre a questão da judicialização da questão médica, nesta semana, vi um exemplo que me deixou de cabelo arrepiado, do secretário João Paulo Kleinubing, que um cidadão catarinense conseguiu um medicamento de R\$ 6 milhões. Isso para um único cidadão. Acho que estamos chegando ao limite dos limites.

Mas quanto à questão da reforma política eleitoral, há questões preocupantes. Primeiro, pelo que percebi ontem, a proposta é de um mandato tampão de dois anos, e não a prorrogação de seis anos como estava previsto.

Neste sentido sou contrário também à unificação, não só pelas questões que v.exa. levanta aqui, mas principalmente pela divergência temática, questões que são debatidas em nível nacional e que não do interesse do município e do vereador.

Por isso, há de fato algo contraditório numa proposta como essa. E há outras questões que estão em jogo e que parece que haverá a votação na próxima terça-feira no Congresso Nacional, sobre a

própria questão do distritão e do voto distrital que nós já temos debatido aqui nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Eu agradeço o aparte de v.exa. e acho essa questão muito importante.

Quando se tem uma eleição simultânea, de repente tem um candidato a presidente que naquele instante está forte, e haverá uma reprodução da eleição no Brasil como um todo em função daquele discurso presidencial. Ou, ao contrário, na ponta da linha o candidato a vereador, não sei se isso acontece, poderá, distribuindo tijolo, receber um voto vinculado à eleição presidencial. Assim, se produz um mecanismo muito perigoso.

A segunda questão que o meu partido defende, mas eu tenho posição absolutamente contrária, é o chamado distritão. Eu até sou o segundo suplente, se fosse o distritão estaria eleito, cheguei a fazer a conta; porém sou contrário a essa tese, porque o Distritão significa liquidar com os partidos políticos. Nós precisamos fortalecer os partidos políticos, é preciso encontrar mecanismos para fortalecê-los.

Por isso, defendo o voto distrital para fortalecer os partidos políticos. É preciso fazer reformas no país e elas só acontecem a partir deles, porque você não pode "fulanizar", porque quando isso acontece fica muito difícil. Por exemplo, discutir uma questão trabalhista, evidentemente que ninguém individualmente quer votar para tirar um direito do trabalhador. Mas, às vezes é preciso discutir essa questão do ponto de vista coletivo, porque é preciso fazer reformas e estas não são populares, elas têm que ser feitas a partir de bandeiras político-partidárias para fortalecer o partido.

Então, não podemos ser nós, cada deputado uma instituição, cada um é uma instituição, cada vereador é uma instituição, no Congresso Nacional cada parlamentar é instituição, que negocia com o governador, etc. Não pode! Temos que ter partidos políticos. Se criarmos mecanismos que enfraqueçam ainda mais os partidos políticos essa reforma não

vai servir ao país, porque não vai servir ao povo. Não é para nós, evidentemente algumas vezes temos benefícios, se é melhor para mim se o voto é distritão, irei me eleger com mais facilidade, mas é um raciocínio pessoal. Mas, isso não serve ao país.

Então, há essas duas questões sobre a coincidência das eleições e que não pode ser feita a prorrogação de mandato, porque há um entendimento que a partir da Constituição de 88, disciplina ter voto periódico e não podemos prorrogar o mandato, porque o mandato só pode constituído pelo povo, não pode ser constituído pelo tribunal ou pelo Congresso Nacional que pode prorrogar o mandato ou não.

Aliás, aqui nós estamos discutindo e vamos discutir daqui a pouco o tema envolvendo as agências, e vem um projeto para fundir as agências. É uma estratégia de governo, mas nós não podemos aqui num projeto de fusão de agências cassarem o mandato daqueles que foi dado pela Assembleia, que são mandatos, precisa de um diretor, é um mandato, se não você cria um brutal mecanismo quando o sujeito não gosta, cassa o mandato, pode se cassar via legislativa. Esse mecanismo não deve prosperar, podemos até aprovar, acho que é uma estratégia do governo, mas é preciso se preocupar também com as pessoas que têm mandato.

Esse problema da reforma política é crucial, estamos acompanhando com atenção, está evoluindo. O Brasil precisa de uma reforma política, mas não qualquer reforma, porque corremos o risco de reformar e como diz o velho ditado: "não pode ficar pior do que já está".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, srs. deputados, sras. deputadas, aproveito o espaço reservado aos Partidos dos Trabalhadores para fazer o registro da trajetória da nossa companheira Ideli Salvatti, tanto em nível de estado como em nível de país, a sua atuação de maneira assim, muito especial, com os espaços que ela tem ocupado ao longo de toda a sua trajetória.

(Passa a ler.)

"Ideli Salvatti deixou o governo federal depois de anos de serviços prestados. E quero desta forma fazer aqui um reconhecimento ao trabalho desempenhado por ela ao longo desses anos.

Desde que erradicou-se em Santa Catarina em 1976 Ideli tem um longo histórico de serviços prestados a população catarinense. Atuou nas comunidades eclesiais de base, na Pastoral Operária, nas Associações de Moradores e no Centro de Defesa de Direitos Humanos, Entidade que fundou e que teve também a Presidência da mesma.

Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores. Foi professora do quadro do Magistério Estadual de 1983 até 1994. Foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, o Sinte de Santa Catarina, através de dois mandatos, em 1989 a 1992, e uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, de Santa Catarina.

Em 1994 foi eleita, pela primeira vez, para o mandato de deputada estadual de 1995 a 1998, e reeleita em 1998, ocupando, assim, o mandato de 1999 a 2002, conduzida, desta forma ao segundo mandato Legislativo.

Em 2002 foi à primeira mulher eleita senadora do estado de Santa Catarina. Foi líder da bancada petista no Senado a partir de 2006. E em 2009 foi líder do governo no Congresso.

Foi ministra da Pesca e Aquicultura, da secretaria das Relações Institucionais, responsável por fazer a coordenação da relação política do governo com o Congresso Nacional, estados e municípios. E secretária de Direitos Humanos, da Presidência da República."

Portanto, uma trajetória marcada com muita dignidade, muito empenho e muito trabalho. E, acima de tudo, uma extraordinária dedicação as Instituições as quais tem passado, mas ao mesmo tempo, também, especialmente ao povo catarinense e ao povo brasileiro.

Desenvolveu com muita competência esses diferentes espaços que tem ocupado ao longo desses anos como política, no nosso estado e em nível de país.

Faço este rápido registro de reconhecimento, pelo entusiasmo e pela garra que tem desenvolvido e desempenhado essas funções dentro das diferentes repartições que ela tem estado, ocupado e servido.

De fato, ela se traduz assim para o Partido dos Trabalhadores do nosso estado uma verdadeira lutadora, guerreira e defensora da justiça, e defensora do bem estar e do bem comum do cidadão e da cidadã.

Parabéns, Ideli Salvatti, pelo seu empenho, pela dedicação, e por todo esse trabalho que tem prestado ao povo brasileiro e especialmente ao nosso povo catarinense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do eminente deputado Padre Pedro Baldissera.

Passaremos à Ordem do Dia.

Conforme estava agendado teríamos nesta tarde votação das mensagens, mas verificamos que não há quórum qualificado.

O Sr. Deputado Antonio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Solicitamos a v.exa. a retirada das mensagens desta sessão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eminente deputado Aldo Schneider, com permissão do deputado Maurício Eskudlark, concordamos com a proposição do deputado Antônio Aguiar, com a retirada das mensagens, tendo em vista que não há quórum suficiente de parlamentares.

Mas, eu não poderia deixar de registrar novamente a presença do Silva, com a diretoria do Sindicato dos Agentes de Trânsito, que estão interagindo com os parlamentares a alguns meses. E mais uma vez não vamos conseguir votar o veto do governador, do Projeto que dá condição legal para a regulamentação da carreira dos agentes de trânsito em Santa Catarina, mas com certeza, na próxima semana, v.exa. colocará em pauta novamente à discussão e votação desse projeto tão esperado pelos agentes de trânsito do Estado de Santa Catarina. Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos, é evidente que pela falta de quórum qualificado, nós transferimos para a próxima semana à votação das mensagens, por questão regimental.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0013/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera e do deputado José Nei Ascari, que concede título de Cidadão Catarinense ao dr. Homero de Miranda Gomes, "*in memoriam*".

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0109, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, a ser enviado ao governador e à secretaria de Estado da Justiça e

Cidadania, solicitando informações acerca da estrutura organizacional, cronograma de obras, número de profissionais, capacidade e regime de atendimento, perfil dos atendidos e previsão de concurso público do Sistema Socioeducativo Catarinense.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110, de autoria do deputado Ricardo Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca de, na hipótese de rescisão de acordo entre o governo e a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina para operacionalizar o SAMU, qual modelo operacional será adotado e órgão que assumirá as respectivas funções, a estrutura que será mantida, estimativa de redução de despesas, e prazo previsto para implementação do novo modelo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0111, de autoria do sr. deputado Ricardo Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da perspectiva de nomeação do remanescente de 150 candidatos aprovados no concurso público para o IGP, realizado em 2014, cronograma de nomeação e número de aprovados que serão nomeados em 2015, 2016 e 2017.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0112, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada aos secretários de estado da Educação e da Administração, solicitando informações acerca de concurso público realizado pela Fundação Catarinense de Educação Especial, Edital n. 01/2014.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0055/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Câmara dos Deputados e à Câmara de Vereadores de Brusque, manifestando repúdio às atitudes de incitação à violência contra as mulheres praticadas pelos deputados federais Alberto Fraga (DEM - Distrito Federal); Roberto Freire, (PPS - São Paulo) e pelos vereadores Dejair Machado (PSD) e Jean Pirola (PP), respectivamente, dirigidas à deputada federal Jandira Feghali (PCdoB, do Rio de Janeiro) e à vereadora Marli Leandro (PT).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, gostaria de ouvir a autora da moção, porque quando se trata de repúdio, no meu entendimento, parece que a manifestação não é muito acolhedora. Portanto, gostaria de ouvir a autora sobre qual o propósito da matéria de forma mais ampla para depois poder me manifestar no voto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, até vou me permitir usar o microfone de aparte por um tempo maior, e solicito a v.exa. que defira meu pedido, e vou explicar por que.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Perfeito, sr. deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, semana passada, após a Ordem do Dia, veio ainda para deliberação do Plenário, os pedidos de informações, requerimentos e moções. E nós, deputados, sr. presidente, costumeiramente prestamos a devida atenção com este documento em mãos, onde diz: "Ordem do Dia, 040ª Sessão Legislativa, do dia 13 de maio de 2015, às 14h."

Quando estão neste conjunto os vetos e os projetos de lei, os deputados prestam a devida atenção porque precisam votar; ou é votação nominal, através do painel eletrônico, ou é votação através de manifestação dos presentes. Mas quando v.exa. diz: "Fim da Ordem do Dia" e passa para outro caderno, v.exa não diz que esta Presidência submete à deliberação do Plenário, v.exa não diz que também é votação.

V.Exa. concorda comigo, deputado Silvio Dreveck?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Plenamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Porque pedido de informação, requerimento e moção são matérias que têm que ser votadas no Plenário.

Então, levei ao conhecimento do presidente Gelson Merisio, salvo melhor juízo, acerca do erro na composição do documento que faz parte da Ordem do Dia. Têm-se esse caderno que diz: Ordem do Dia, e no meu entendimento, e mais uma vez, salvo maior juízo, todos os pedidos de informações, requerimentos e moções também têm que fazer parte deste documento que é a Ordem do Dia. E depois, no outro caderno só as comunicações.

V.Exa. fez votar aqui os projetos de lei, para os vetos não havia quórum, e alguns deputados se ausentaram do plenário, foram para seus respectivos gabinetes, pensando que a Ordem do Dia havia terminado e que agora teria somente as comunicações, no entanto, v.exa. está levando ao conhecimento do plenário as deliberações.

Então, levo ao conhecimento de v.exa para que no retorno do presidente Deputado Gelson Merisio isso seja resolvido. E mais, requeiro, ainda, tendo em vista a dúvida, que não se coloque em deliberação mais nenhum ponto desta pauta da Ordem do Dia de hoje até a solução em definitivo, sob pena de estarmos cometendo um erro, tanto os requerimentos que já foram levados ao conhecimento do plenário, quanto os pedidos de informação e moções do dia de hoje, ou seja, enquanto o nosso presidente, Deputado Gelson Merisio não retornar para se chegar a um denominador comum requeiro a v.exa que retire todas as matérias da Ordem do Dia para que possamos resolver a situação.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - sr. presidente, apenas para concordar com o que levanta o deputado Marcos Vieira, exatamente porque há o entendimento de que essa segunda parte também faz parte da Ordem do Dia. E na questão específica que foi levantada aqui desta moção, se

permanecer a votação, quero me manifestar porque acho que ela faz uma injustiça muito grande com o deputado Roberto Freire, que está colocado ali, porque eu acompanhei o incidente que aconteceu lá em Brasília, que foi um incidente de um conflito onde a deputada Jandira Feghali, que é uma excelente deputada, qualificada, foi apenas apartar uma briga lá e levou um safanão.

Mas, não tem nada a ver com o repúdio das mulheres, já que o deputado Roberto Freire é um dos deputados que mais respeita, e eu sei, as mulheres nesse país.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, fiz um requerimento a v.exa., após a minha explanação, em razão da dúvida que hoje temos na composição da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria, primeiro, de responder a questão do deputado Silvio Dreveck, com relação ao pedido de repúdio da eminente deputada Ana Paula Lima.

Em função da ausência da deputada, eu entendo que estamos retirando de pauta. A autora tem os seus motivos e, na semana que vem, vamos colocar novamente em pauta a matéria.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com relação ao que disse o deputado Marcos Vieira, eu quero dizer que deixei claro, e está claro, que sempre que eu leio, por exemplo, um pedido de informação, eu coloco em discussão e votação. E quando os srs. deputados não se manifestam, ele é aprovado.

Entendo que a manifestação de v.exa. é pertinente, nós estamos numa interinidade de apenas alguns dias. Não vejo nenhum problema de deixar esses requerimentos para a semana que vem, até porque não há nada tão urgente que necessite de aprovação nessa semana.

Mas quero deixar claro, deputado Marcos Vieira, que v.exa. está correto, não está no caderno devido, deveria estar no caderno com os projetos de leis, mas sempre que eu leio e submeto à votação...

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Não concordo, sr. presidente. Eu ouvi v.exa. colocar em deliberação. Mas é praxe do presidente da sessão plenária, na hora em que esteja ela ocorrendo, dizer o seguinte: fim da Ordem do dia. Daí começa o outro caderno, é praxe.

Mas também não estou dizendo que isso está sendo feito deliberadamente para que haja o esvaziamento do plenário, ou não. É que realmente não se apercebeu que houve um erro e que se está tentando corrigi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Da minha parte, na condição de presidente interino neste momento, não vejo nenhum problema em transferir essas votações para a semana que vem, por entender que não há nenhuma matéria de cunho urgente. Mas eu também quero deixar claro, deputado Marcos Vieira, que colocamos em discussão e votação!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, fico grato por ter sido atendido no meu requerimento.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sra. Deputada Luciane Carminatti.

O SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, eu quero fazer uma solicitação.

Não estou reclamando do procedimento porque estou aqui há cinco anos, sempre foi feito assim e creio que já é um ritual. E todos os deputados acompanham os requerimentos e pedidos de informação nessa forma de organização.

Não vou me opor aqui à manifestação do deputado Marcos Vieira, mas já existe uma tradição de fazer dessa forma, e nunca houve problemas. Mas eu quero sugerir que quando forem entregues as pautas do plenário, que possa ter ou as cópias dos

requerimentos ou pedido de informação, porque, no caso, talvez o deputado Silvio Dreveck tenha feito a manifestação porque não tinha em mãos o conteúdo da moção. E nós não temos anteriormente a pauta do dia.

Até quero fazer uma justificativa. Ontem o repórter me perguntou sobre a minha manifestação de conteúdos que estariam na pauta do dia de hoje, e eu não sabia o que estaria na pauta no dia de hoje.

Então, eu acho que precisamos organizar melhor esta pauta, nisso eu concordo, organizar a pauta para que os parlamentares tenham com antecedência a pauta completa, e possam se inteirar dos assuntos. É uma sugestão que eu estou fazendo.

Mas eu quero pedir a sensibilidade do deputado Silvio Dreveck, para analisar este tema da violência contra as mulheres, porque não é um caso ou dois, parece que as mulheres incomodam no espaço da política. Aconteceu isso com a Jandira Feghali, aconteceu com a Maria do Rosário, aconteceu com a vereadora Marli Leandro, de Brusque, e daqui a pouco vai acontecer comigo também, com a deputada Dirce Heiderscheidt ou com a deputada Ana Paula Lima.

Não estou aqui antecipando uma manifestação sua, mas dizendo que este Parlamento não pode aceitar manifestações que vão à contramão do Brasil que queremos construir, que não é um país da violência contra as mulheres, seja no espaço que for.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Sr. deputado Dirceu Dresch, por gentileza, eu só gostaria de responder essa questão da deputada Luciane Carminatti, com relação a pauta e, evidentemente, passar para a assessoria dos gabinetes a Ordem do Dia.

O Regimento é claro, no art. 195, de que é obrigatório informarmos os srs. parlamentares dos projetos de lei que serão votados na sessão subsequente. Moção, requerimento, pedido de informação, não há necessidade.

Evidentemente que a sua sugestão podemos levar para a mesa diretora e podemos inserir, não tem problema nenhum. Nós estamos aqui trabalhando com o Regimento da Casa. E o Regimento é claro, sobre os projetos de lei nós temos que informar aos srs. deputados uma sessão anterior, ou seja, de que na sessão subsequente serão aprovadas tais e tais matérias, ou rejeitadas.

De qualquer forma, vamos levar como sugestão a sua colocação, mas deixo claro que estamos seguindo o Regimento.

Com a palavra, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de parabenizá-lo pela retirada da moção de repúdio, já que a deputada não está aqui. Eu gostaria que isso fosse regra na Casa.

Infelizmente, semana passada, eu tive um requerimento e não pude estar aqui, estava atendendo os professores na sala e, quando descii, o projeto já tinha sido votado, que era de repúdio à ação do governo do estado do Paraná, que, na minha avaliação, esta Casa deveria ter se posicionado firme nesta perspectiva, porque não podemos concordar com atos desta natureza. Mas quero lhe cumprimentar pela retirada.

O segundo assunto é sobre a questão do encaminhamento do deputado Marcos Vieira. Eu quero justificar aqui que está muito claro para nós deputados que quando recebemos a pauta, antes da votação, inclusive, da Ordem do Dia, nós temos aqui todos os requerimentos e pedidos de informação, e diz o seguinte: esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições. E aí vem a lista de proposições.

Eu não sou contra que possamos incluir isso na Ordem do Dia. Entendo, mas também entendo que não deveríamos prejudicar a votação de todas as nossas moções e tal para esperar esse novo encaminhamento.

Então, acredito que os deputados que propuserem os requerimentos, pedidos de informações e moções vão ser prejudicados agora por este novo encaminhamento. Só lamento isso,

acredito que não precisaríamos parar o trabalho por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - De qualquer forma, deputado Dirceu Dresch, cabe ao presidente tomar as decisões no momento da sessão.

Nós entendemos, e até concordamos com a manifestação do deputado Marcos Vieira.

Está suspensa na sessão de hoje a votação dos vetos, dos requerimentos e dos pedidos de informação. E nós vamos, depois, votar os requerimentos. Então, moção, pedido de informação e os vetos estão suspensos para a próxima semana.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado presidente Aldo Schneider, no mínimo, confunde os deputados, porque numa folha onde estão os projetos de lei e os vetos, diz assim: Ordem do Dia. E onde estão os pedidos de informação, requerimentos e moções, está escrito: leva à deliberação.

No mínimo, tem que ter dois cadernos escritos Ordem do Dia, nos dois cadernos. No mínimo, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - De qualquer forma esse assunto está resolvido, fica para a próxima sessão ordinária.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Deputado Marcos Viera, que está nesta Casa há quase 20 anos, já pediu a palavra aqui quatro vezes, quebrando o Regimento Interno. Nesses vinte anos sempre foi assim. E está bem claro para nós, pois temos recebido em gabinete os projetos da sessão seguinte. E os projetos para deliberação vêm para nós aqui, inclusive as moções e requerimentos. Eu

vejo que é bem transparente. Até fazendo a defesa do presidente, ele diz que só está encerrada a Ordem do Dia no final e depois passa às Explicações Pessoais. Nunca v.exa. diz logo após os vetos, os projetos. Só no diz no final que a Ordem do Dia está encerrada.

Acho que o procedimento está perfeito e tranquilo. Inclusive separado como é, a gente analisa o que é veto, o que é projeto de lei, o que é requerimento e o que é moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Nós estamos passando pela interinidade. Então, vou deixar essa decisão para o presidente, de fato, decidir na próxima semana.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - O deputado Maurício Eskudlark já deu o esclarecimento num ponto.

O segundo ponto que eu gostaria de colocar é que o que se refere aos requerimentos é de prerrogativa do presidente deferir. Não sei se isso já está definido por v.exa., mas sugiro que possamos, pelo menos, dar os encaminhamentos dos requerimentos, que é prerrogativa de v.exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Diante dos fatos já esclarecidos, vamos a votação dos requerimentos.

Requerimento n. 0376, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que solicita à constituição do Fórum Parlamentar Brasil Pátria Educadora/Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0400, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que solicita o envio de mensagem ao presidente da Fatma, solicitando informações acerca das taxas cobradas das prefeituras e valores de arrecadação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0363 e 0364, de autoria do deputado Natalino Lázare; 0365, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0366, 0367 e 0387, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0368, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0369 e 0380, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0370, 0371, 0372, 0373, 0374 e 0375, de autoria do deputado Patrício Destro; 0377, de autoria do deputado Mário Marcondes; 0378, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0379, 0397, 0398, 0399, 0401 e 0402 de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0381 e 0382, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0383 e 0404, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0384, de autoria do deputado Rodrigo Minotto; 0385 e 0386, de autoria do deputado Darci de Matos; 0388 e 0389, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0392, 0393, 0394, 0395 e 0396, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0403 de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0405 e 0406, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0407, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0338, 0339, 0352 e 0353, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0340, 0341, 0342 e 0357, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0343 e 0344, de autoria do deputado Patrício Destro; 0345, 0346, 0347, 0354 e 0355, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0348, de autoria do deputado Cleiton Salvaro; 0349 e

0358, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0350 e 0351, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0356, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Finda as matérias da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar todas as pessoas que acompanham esta sessão.

Ouvi o pronunciamento do deputado Fernando Coruja sobre a reforma política, e tive ontem uma decepção total na produção da comissão Especial da Reforma Política. Vi voltar o tempo dos coronéis na proposta do Distritão. Esse sistema eleitoral é tão ruim que só existe em três países do mundo, a Jordânia, o Afeganistão e numa Ilha de Vanuatu. Que absurdo estamos vendo no Congresso Nacional. Isso nos deixa envergonhado. Não chega perto do que a sociedade brasileira exigiu nas ruas, de uma questão que é central e legaliza inclusive o financiamento empresarial das campanhas, que é a grande porta de entrada da corrupção no Brasil.

Para este deputado essa proposta da comissão especial é uma decepção total do que um país de fato democrático precisaria encaminhar para uma reforma política e nem fala da participação feminina na política, que é uma questão importantíssima. Nosso partido tem debatido isso muito e aberto inclusive paridade nas direções partidárias e estamos avançando na perspectiva da questão eleitoral para o futuro. Precisamos dar esse passo e a proposta da reforma não traz isso.

Há outra questão importante que avança no que tange ao fim das coligações proporcionais. O tema da unificação das eleições que é extremamente complexo e a comissão especial também avança esta questão. O tema do voto em lista para fortalecer os partidos políticos nós defendemos, e a proposta não fala nada.

Nós precisamos fazer um grande debate no Brasil nos próximos meses. Esperamos que o Congresso Nacional não empurre essa proposta goela abaixo, como foi com a n. 4330, da terceirização,

nesses poucos meses do novo Congresso, onde muitos deputados federais com certeza não se aprofundaram no tema. Nós já tínhamos uma avaliação de que esse Congresso olha para os seus interesses, para a sua reeleição e constrói uma reforma política para se reeleger.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores entende que para fazer uma reforma política profunda, que de fato o povo exige, precisávamos eleger uma Constituinte Especial.

Por isso, nós já não acreditávamos, e como aumentou essa visão do domínio da minha região, de meu distrito, essa visão dos antigos coronéis de que é a minha região, a minha cidade, lamentavelmente esse Congresso não vai fazer uma reforma e isso nós já havíamos avaliado.

Por isso o nosso partido, o PT, propôs a realização de uma eleição específica, constituinte, para fazer uma profunda reforma política, porque entendemos que este Congresso, e pior ainda que o Congresso hoje mais à extrema Direita e representação dos grandes grupos empresariais do país, não tenham condição, de fato, de fazer uma reforma.

Por isso, vai lá numa reforma, num sistema político que tem três países no mundo que possuem e olha os países, não discriminamo-los, mas em termos de representação política e democracia no mundo afora.

Quero registrar essa minha decepção total de insatisfação e revolta deste lamentável fato que a subcomissão apresenta para ser votada no Plenário. Quero registrar isso, mas cederei uma contribuição aí com certeza da participação da sociedade, do debate da sociedade catarinense e brasileira nesse tema que precisa ser aprovado para, de fato, construir uma democracia participativa no nosso país.

Outro tema que lamentamos e que assistimos, ontem, no Senado, foi a sabatina de 12 horas do futuro ministro do Supremo, Luiz Fachin. Mais uma etapa dessa guerra que nós vivemos no Brasil de um grupo que não aceita a reeleição da presidente Dilma Rousseff e tenta a todo o momento criar

empecilhos, movimentos, felizmente que já vem esvaziando o golpe de não deixar a presidente de uma República governar por mais quatro anos.

Portanto, mais uma vitória importante por 20 votos a sete da aprovação de Luiz Fachin para ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi um resultado da guerra política instalada há meses em torno da nomeação do novo ministro do STF indicado pela presidente. Sempre foi assim no Brasil, mas agora, porque é uma presidente é do PT não pode mais ser assim.

No vale tudo para desgastar o governo, o preenchimento da vaga de Joaquim Barbosa no STF, foi apenas mais um capítulo dessa guerra sem fim, que neste momento revela o claro esvaziamento da campanha 'fora Dilma' no que realmente interessa. Dilma ganhou todas as batalhas até aqui, como a aprovação do orçamento, a primeira etapa do ajuste fiscal na Câmara e, agora, a vitória do CCJ do Senado.

Nós estaremos acompanhando no dia de amanhã diversas agendas em Brasília, estaremos debatendo no Ministério de Integração Nacional a instalação do laboratório de leite e de análise de novos produtos lácteos em Pinhalzinho. E, também no Ministério de Desenvolvimento Social a aplicação de R\$ 10 milhões na cadeia produtiva do leite em Santa Catarina para amenizar os impactos da crise regional que nós vivemos na atividade leiteira.

E por último quero cumprimentar a cidade de Xanxerê, onde ontem foi assinada a ordem de serviço para construção da escola padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que será edificada no bairro Leandro, com R\$ 3,2 milhões. Serão de 12 salas de aulas, laboratório de informática, laboratório de ciências, auditório, cantina e ginásio de esportes.

Nós temos inúmeros municípios que estão recebendo estes recursos, e a partir de 2016, o bairro Leandro na cidade de Xanxerê vai ter mais uma bela estrutura para fortalecer a educação daquele município em torno de 600 crianças que poderão ser atendidos na escola municipal de Educação Básica Janete Cassol.

Parabéns ao município de Xanxerê! Parabéns ao bairro que recebe esta nova escola pelo belo investimento de mais de R\$ 3.2 milhões que inclusive o nosso mandato ajudou a buscar, investir e articular os investimentos na Educação no município de Xanxerê. Parabéns Xanxerê, parabéns aos outros municípios.

No sábado à tarde tivemos um belo ato em União do Oeste, com uma quadra coberta, outra estratégia do Ministério da Educação, do governo da presidente Dilma Rousseff, para todos os municípios terem as suas quadras cobertas para fazer as atividades esportivas. E com certeza ao invés de discutir o tema, infelizmente, lamentável e criminoso da redução da maioria penal, nós deveríamos investir mais em escolas em centros reeducativos e fazer os nossos centros educativos para os nossos jovens infratores, fazer funcionar como o nosso aqui em São José que está praticamente parado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Dirceu Dresch, também peço a v.exa. que amanhã estará na audiência da Udesc no município de Palmitos, não poderei estar presente, porque temos uma audiência no município de Itapema, sobre a segurança pública, e na parte da manhã acompanho uma reunião na SDR do município de Itajaí também sobre a segurança pública, peço que v.exa. fale em nosso nome. Sei que a Assembleia estará muito bem representada. O deputado Mauro de Nadal e outros deputados da Casa estarão participando da audiência pública sobre a implantação da Udesc no município de Palmitos.

É uma gestão que todos nós defendemos, para não dizer um buraco no estado, que é a educação, o ensino superior que precisa atender uma região importante do estado. E a Udesc que é a Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa

Catarina tem um curso de Direito aprovado para a capital. E nós entendemos que a capital não precisa mais de Curso de Direito.

Nós temos a Universidade Federal, a Unisul, a Univali e temos várias oportunidades para o jovem aqui da região fazer um curso superior.

A Udesc está numa área importante para a nossa região de Balneário Camboriú, de Itajaí, com o curso de Engenharia do Petróleo. A Udesc está preenchendo um espaço, pois há necessidade da formação de engenheiros do petróleo. E trazer um Curso de Direito para a Capital foge a sintonia. O próprio nome da Udesc diz Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina procurando levar desenvolvimento para todas as regiões de acordo com as necessidades.

Amanhã teremos essa reunião, somos favoráveis, os estudos são favoráveis, e se deve implementar o curso. Há uma pequena restrição por parte da OAB. É claro, a OAB está preocupada com os novos cursos de Direitos, em nível de Brasil. Conseguiu implementar a prova da Ordem, conseguiu fazer uma fiscalização maior da atividade, uma qualificação maior.

Parabéns a OAB nesta questão, porque a preocupação é com a qualidade do profissional, com a qualidade dos serviços do estado ao cidadão.

Então, amanhã, como eu disse, estaremos participando no município de Itajaí de uma reunião das ações e estatísticas da Polícia Militar.

O município de Balneário Camboriú recebeu um efetivo maior nesta última distribuição. Mas em outras distribuições de efetivo o município de Itajaí já recebeu um número maior, em razão da necessidade momentânea. Nós sabemos a dificuldade que existe, o aproveitamento que deve ser feito pelos comandos na busca pelos resultados com o efetivo que dispõe. A falta de efetivo é o grande problema.

E a noite haverá uma reunião na Câmara de vereadores de Itapema, que foi proposta pelo vereador Lei, pelo vereador Xavier, pela comissão de Segurança da câmara de vereadores de Itapema também preocupado com o aumento do efetivo, com a

implementação da instalação de mais câmaras de vigilância, enfim, de ações que possam suprir em parte a falta de pessoal. Se as cidades forem bem monitoradas, os bairros bem monitorados, conseguimos de uma sala de controle fazer um policiamento preventivo, fazer uma observação, e com um número menor de agentes e viaturas fazer atendimento de toda aquela região.

Sabemos dessa luta como também o município de Itapema que busca a construção de uma nova delegacia. Uma delegacia que não seja só de comarca, mas que tenha a divisão de investigação, que tenha também parte administrativa de trânsito, parte de documento, de Detran, e que o cidadão de Itapema, Porto Belo, Bombinhas, possa fazer a sua carteira de motorista e todos os testes sem precisar se deslocar até a regional de Balneário Camboriú.

Com isso deve ocorrer cada vez mais a descentralização desse serviço, levando para mais próximo do cidadão. E o pleito do município de Itapema, é um pleito justo tanto para a construção de um novo imóvel, para melhor qualidade na prestação desse serviço, maior conforto ao usuário e ao profissional da segurança, e também para a facilidade na obtenção desses documentos tão importantes para o cidadão.

Balneário Camboriú, até pela questão geográfica, pelas universidades próximas, mais a cidade de Itajaí são as regiões que mais expedem carteiras de motoristas no estado de Santa Catarina. São muitos jovens que vêm estudar, além do jovem natural da região que chega a idade de fazer a carteira de motorista e procura esse serviço.

Então, Balneário Camboriú e Itajaí têm esse movimento tão grande, eu até ouvi e acompanhei a movimentação dos Centros de Formação de Condutores, já que em Balneário Camboriú esse serviço de trânsito tem conseguido sair com agilidade maior. E o município de Itajaí que até a pouco tempo tem novo delegado regional assumindo, o Maurício Pretto, e que há um pleito para que haja maior agilidade na liberação do resultado dos

testes, todo o procedimento tem o seu encaminhamento normal, mas a parte de correção, de informatização é que está tendo reclamação pela demora da conclusão dos resultados e entrega dos documentos.

Essas reuniões são importantes e amanhã estará o comandante regional na reunião de Itajaí, também o diretor de Polícia do litoral, onde esses assuntos serão tratados e o objetivo é melhorar a segurança.

Temos recebido a comissão dos aprovados no último concurso da Polícia Civil e mantivemos contato junto à Delegacia Geral de Polícia para saber o porquê da demora de chamar os aprovados e, segundo o delegado adjunto, Marcos Ghizoni, que coordena essa parte, e o delegado geral, Artur Nitz, a questão foram os inúmeros mandados de Segurança, as ações judiciais, somando mais de mil ações. Hoje o peticionamento é todo informatizado, mais ágil para que o cidadão venha pleitear o direito que ele entende ser detentor.

Então, essa demora, segundo a delegacia geral é em razão disso e sabemos que o governo do estado, o grupo gestor vai liberar, pois é vontade do governador Raimundo Colombo, chamar o mais rápido possível esses delegados, agentes e escrivães para que também, assim como tem ocorrido o aumento do efetivo na Polícia Militar, tenhamos também aumento do efetivo na Polícia Civil. Além de agilizar o chamado Ctisp, que é a possibilidade de reconstrução do policial aposentado que tenha condições físicas, psicológicas e que queira continuar exercendo suas funções que a Segurança possa fazer esse chamamento. Isso facilita, coloca esse policial mais experiente na função administrativa e coloca o novo agente no serviço de rua, na investigação, no setor preventivo, seja na Polícia Militar ou na Polícia Civil.

Isso é bom porque vemos que há cobrança do Parlamento e há preocupação de resposta na questão da Segurança por parte do governo do estado.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de registrar a entrada de um documento do DNIT, pois estamos com a retomada dos trabalhos na ponte de Laguna, já veiculado pela imprensa, inclusive semana passada estive visitando a obra. Tivemos então a liberação dos serviços paralisados por quinze dias, e foram retomados a partir do pagamento de R\$ 16 milhões, ou seja, parte do valor devido para a finalização da obra.

Então, ainda temos em torno de R\$ 45 milhões, sendo R\$ 23 milhões de serviços já executados e R\$ 21 milhões do que falta concluir. Noventa e oito por cento da obra está concluída, é uma obra muito bonita. E esperamos que de fato agora a obra seja concluída e possa servir à sociedade catarinense, especialmente para o sul do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Certamente que é uma obra de extrema importância não só para o sul do estado mas para toda Santa Catarina, para o sul do Brasil. Que bom que as medições estão sendo pagas e que as obras vão reiniciar e acabar.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra esta Presidência, antes de encerrar a sessão convoca outra, especial, para hoje às 19h, em Comemoração aos 60 anos da Fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina.

Está encerrada a sessão.